

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0000021-10.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Outras Medidas Provisórias - Liminar**
 Requerente: **Claudio Camargo**
 Requerido: **Cifra Sa Crédito Financiamento e Investimento**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS.**

CLÁUDIO CAMARGO propôs a presente ação **DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA c.c. RESPONSABILIDADE CIVIL e INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** em face de **CIFRA S.A. CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**.

O requerente aduz que ao tentar efetuar compras no comércio local tomou conhecimento de uma restrição em seu nome junto ao SPC/SERASA apontada pela requerida devido a um suposto débito oriundo de um contrato, vencido em 05/04/2008. Alega que jamais efetuou qualquer transação com a requerida, sendo que à época do contrato (05/03/2008) estava cumprindo pena em regime fechado. Alega, também, que em 1996 perdeu todos os documentos pessoais e que elaborou Boletim de Ocorrência relatando os fatos. Requereu, liminarmente, seja determinada a exclusão de seu nome dos órgãos de proteção ao crédito. Requereu, também, seja declarada a inexistência da relação jurídica entre as partes e a requerida condenada a pagar-lhe indenização pelos danos morais sofridos. Juntou documentos às fls. 11/25.

Deferido o pedido liminar (fls. 26).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Em resposta à determinação do juízo foram carreados ofícios às fls. 32/34, 36/37 e 39.

Devidamente citada, a requerida apresentou contestação às fls. 41 alegando que houve prescrição, pois a negativação ocorreu em 05/04/2008, data em que se iniciou a contagem do prazo que se encerrou em 04/04/2011. No mais, sustentou que o requerido firmou contrato de mútuo nº 183840001303 em 05/03/2008 pelo valor de R\$ 12.000,00 obrigando-se a pagar 48 parcelas de R\$ 490,71, contudo, tornou-se inadimplente, cabendo, pois, sua inscrição nos órgãos de proteção ao crédito. Assim, a negativação de seu nome foi devida, agindo no exercício regular de um direito. Afirmou, também, que ao conceder o empréstimo, tomou todas as precauções necessárias à conferência dos dados do requerente, não agindo com culpa. Refutou os danos morais. Pediu a improcedência. Juntou documentos às fls. 50/72.

A fls. 74/77 segue resposta ao ofício enviado à Vara de Execuções Criminais, carreando a sentença que deferiu ao requerente a progressão de regime fechado para o semiaberto em **24/3/2009** (fls. 74/77).

Instados a produzir provas, o requerido carrou aos autos cópia original do contrato e informou que não há outras provas a produzir, reservando seu direito de produzir contraprova (fls. 100/103). Às fls. 105 o requerente reitera que estava cumprindo pena em regime fechado.

Em resposta à determinação do juízo foi carreado ofício às fls. 111/112.

O SCPC e a SERASA carregaram informações às

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

fls. 142/143 e 153.

É o relatório.**DECIDO.**

A princípio cabe afastar a tese de prescrição, uma vez que as negativas permaneceram ativas no sistema até final de 2011, início de 2012, quando a ação já foi ajuizada.

Temos como circunstância incontroversa que em 26/05/2012, fazendo compras no comércio local, o autor deparou-se com a infeliz notícia da existência de restrição em seu nome lançada pela requerida, decorrente do inadimplemento de débito vencido em 05/04/2008.

Sustenta, basicamente, a inexistência de qualquer relação jurídica com a ré, até porque na data da suposta contratação cumpria pena em regime fechado.

Essa situação – de impossibilidade física da contratação – vem atestada pelo informe oficial que nos foi encaminhado pela Vara de Execuções Criminais local, dando conta de que entre 03/07/2006 e 20/08/2009 o postulante esteve recluso na Penitenciária de Balbinos II, distante 254 km de Rio Claro, onde a avença foi firmada (v. fls. 56). As únicas saídas temporárias ocorreram em 2009 quando o autor foi transferido para Bauru progredindo para o regime semiaberto.

Como se tal não bastasse há nos autos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

documento policial dando conta de perda dos documentos do autor em 1998.

Assim, o autor deve ser considerado consumidor equiparado (por ficção jurídica) consoante prevê o artigo 17 do CDC, posto que vítima de um “acidente de consumo”, definido como todo fato jurídico produzido por um defeito na prestação de serviços bancários e geradores de violação a interesse de terceiros.

No caso, a responsabilidade do postulado é obviamente objetiva; pouco (ou nada) interessa se agiu ou não com culpa.

Nessas hipóteses mister que estejam presentes o dano, o nexo e o serviço falho.

O dano sofrido pelo autor e o nexo são claros: teve seu nome “negativado” por débito que não contratou.

A atuação falha dos prepostos também me parece evidente.

Conquanto se presuma que atuem eles com diligência nos seus negócios (no que interesse ao caso, a concessão de financiamento de numerário para compra de veículo automotor ao celebrar o contrato discutido assumiram a responsabilidade, pois contrataram com terceira pessoa que se apresentou com documentos do autor e dizendo ser ele (quando não era...).

Cabe ainda salientar que a responsabilidade, como já dito, não está fundada na ocorrência de ato ilícito (afinal, o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

exercício da atividade empresarial é lícito e permitido), mas sim no risco da atividade, razão pela qual a responsabilidade é reputada objetiva por força de lei (art. 14, *caput*, CDC).

Ademais, ao contemplar as duas únicas hipóteses de exoneração de responsabilidade civil do fornecedor pelo fato do serviço, o legislador (art. 14, § 3º, incisos I e II) nenhuma menção faz ao caso fortuito e a força maior como causas excludentes.

A respeito confira-se a lição de Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery, *in Leis civis comentadas*: atualizado até 20 de julho de 2006: RT, p. 197/198.

A concessão de crédito ou qualquer outro produto “financeiro” a falsário/ estelionatário, que se apresenta portando documentação e dados de terceiros, lamentavelmente, é expediente corriqueiro na atualidade; ao colocar em prática o ilícito e regular desenvolvimento de suas atividades, o réu tem pleno conhecimento de que se encontra sujeita a tal risco na prestação de seus serviços (art. 14, § 1º, inciso II, CDC)!

Temos nos autos, assim, caso típico de “fortuito interno”, ou seja, aquele fato que se relaciona diretamente com os riscos inerentes ao desempenho da atividade empresarial, forçando reconhecer, pois, a responsabilidade civil da financeira banco.

Em suma: quem age com desídia, como o réu, responde pelos danos advindos da inscrição indevida do nome da vítima nos órgãos de restrição ao crédito, o mesmo se dando com a inserção irregular do CPF e RG da vítima do ato criminoso.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Nesse diapasão o seguinte aresto: REsp 774.640/SP, 4ª Turma, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, DF 05/02/2007, p. 247.

Urge, por fim, enfrentar o pleito indenizatório.

O autor logrou comprovar a negatização de seu nome (cf. fls. 32 e ss); o comando partiu da ré com inclusão em 19/05/2008.

O simples fato de ter ele seu nome incluído nos órgãos de restrição ao crédito, caracteriza o abalo moral narrado. Quem já passou por constrangimento como este sabe quão vergonhoso é ver seu nome “sujo” no meio comercial indevidamente. O autor, então, merece ser compensado pelo constrangimento.

Anoto que a reparação, em casos como o examinado, tem dupla finalidade: admonitória, para que a prática do ato semelhante – no caso, ausência de cautela pela ré em bem identificar os consumidores – não se repita, e compensatória, trazendo à vítima algum conforme econômico pelas agruras experimentadas.

A quantificação do dano moral é tarefa árdua, pois o juiz deve buscar, no caso concreto, valor capaz de compensar o dano sofrido, sem gerar àquele que percebe a verba, enriquecimento indevido. Deve, ainda, atentar para a gravidade do ato, suas consequências, bem como a capacidade financeira daquele que praticou o ilícito civil.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Tenho por razoável, no caso, a fixação de danos morais no importe de R\$ 5.000,00.

Por fim, não é o caso de aplicação da súmula 385 do STJ, já que (única) outra negativação, indicadas a fls. 142 e 153 foi lançada contra o autor quando ainda se encontrava preso em regime fechado (segundo ofício de fls. 111, o autor progrediu para o regime semiaberto em 20/08/2009), ou seja, certamente foi ocasionada para contratação de falsário com o uso indevido dos mesmos documentos perdidos.

É o que basta para a solução da demanda, já que o juiz não está obrigado a responder a todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas (RJTJESP nº 115/207).

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTES** os pedidos formulados para **DECLARAR a inexistência do débito** aqui discutido e para **CONDENAR a requerida**, CIFRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, a **pagar ao autor**, CLÁUDIO CAMARGO, a importância de R\$ 10.000,00, com correção a contar da intimação desta, mais juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.

Antecipo a tutela nos termos do art. 273, CPC, para que o nome do autor seja excluído definitivamente dos órgãos de inadimplentes em relação ao débito aqui discutido.

Sucumbente, arcará a requerida com as custas,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

despesas do processo e honorários, os quais fixo em 15% do valor total e atualizado da condenação.

Consigno, desde já, que o prazo de quinze (15) dias, previstos no art. 475-J do Código de Processo Civil (com a redação dada pela Lei nº 11.232 de 22 de dezembro de 2005), começará a fluir a partir do trânsito em julgado desta decisão, independentemente de intimação, incidindo a multa de 10% sobre a condenação, caso não haja o cumprimento voluntário da obrigação.

P.R.I.

São Carlos, 14 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**